



GT 047. Nas tramas do viver: entre governos, escritas e antropologias da dor

Natália Corazza Padovani (Pagu / UNICAMP) - Coordenador/a, Leticia Carvalho de Mesquita Ferreira (CPDOC/FGV) - Coordenador/a

Este GT d? continuidade h? um debate iniciado em 2015, que respondia a tr?s distintas ordens de problemas: a dimens?o ?tica da dor, as t?cnicas de governo e a escrita etnogr?fica. Preocupados por aspectos do viver que muitas vezes s?o esquecidos, sublimados e controlados, mas, ainda constituem e animam a vida cotidiana, neste GT, propomos, agora, uma nova rodada de debates. Para tanto, temos o intuito de reunir etnografias que analisem as variadas articula?es entre t?cnicas de governo e modalidades de sofrimento, explorando tais dilemas a partir de diferentes perspectivas. Seu vi?s anal?tico ? o desafio de transpor terminologias locais para termos correlatos como ?dor?, ?sofrimento?, ?sofrer?; os desafios metodol?gicos ? como fazer etnografia de/em situa?es de sofrimento?; e suas composi?es ?ticas - at? onde ir na partilha da dor com nossos interlocutores? Como evitar uma compaix?o desenfreada ou um desejo de governo renovado? Ao acreditarmos que o sofrimento/dor apresenta-se como condi??o comum a variados contextos de pesquisa, esperamos receber contribui?es que, independentemente de v?nculo disciplinar, estejam, por um lado, atentas a como a for?a ?tica produtiva do sofrimento pode, em muitos contextos, ceder espa?o ? for?a produtiva do governo, a fim de produzir sujeitos e popula?es govern?veis. E, de outro lado, n?o se furtem a descrever a dor como modo de viver o mundo, cujo modo situado de an?lise incide em formas de narrar e produzir etnografia.

Formas de punir e formas de sofrer: Um olhar para as dimens?es do sofrimento em espa?os de priva?o de liberdade

Autoria: Roberta Olivato Canheo, Luana Almeida Martins

Partindo de dois works etnogr?ficos realizados em fun?o de nossas pesquisas de mestrado, buscamos refletir, neste artigo, sobre as configura?es de sofrimento dentro de espa?os de priva?o de liberdade, a partir de duas perspectivas distintas: uma, a partir da reflex?o das rela?es estabelecidas entre agentes e adolescentes, e de adolescentes entre si, em uma unidade de internaa?o provis?ria do Departamento Geral de A?o Socioeducativa do Estado do Rio de Janeiro (DEGASE), o CENSE Dom Bosco, mais conhecido at? hoje como ?Padre Severino?; e outra que se constitui como resultado de uma investiga?o dos processos de Estado que levaram ? constitui?o de pessoas LGBT privadas de liberdade, no Pres?dio Evaristo de Moraes, e de t?cnicas de governamentalidade - constru?das por feixes m?ltiplos de ag?ncias, agentes, e documentos - presentes nesses processos. Ao propor essa reflex?o buscamos pensar de forma comparativa de que maneira o sofrimento ? compreendido enquanto uma forma de puni?o, estabelecendo conex?o entre nossas pesquisas e as formas de gest?o percebidas em locais de priva?o de liberdade. Nesse sentido, colocamos em pauta as rela?es entre estar preso e o sofrimento e entre o punir e o fazer sofrer. Essas categorias se apresentam como pontos de an?lise no qual nos amparamos para pensar cenas do nosso campo e descrever de que maneira encontramos rela?o entre punir e sofrer. Por um lado, as percep?es advindas de visitas ao Pres?dio Evaristo de Moraes permitem a visualiza?o dos corpos enquanto lugar ?ltimo de materializa?o de tens?es constitutivas de processos de estado, de processos de g?nero, de um Estado generificado. Estado que se coloca como progressista, que se pauta por uma agenda de direitos humanos, e de direitos das minorias, ao passo que, simultaneamente, produz continuamente dentro de suas malhas uma gest?o prec?ria que ratifica o lugar destinado ?quelas mesmas pessoas, um lugar de abje?o. Por outro lado, ao olhar para as rela?es entre agentes e adolescentes, a partir da percep?o da viol?ncia narrada pelos adolescentes, e as pr?ticas punitivas observadas na unidade, percebemos uma rela?o entre a dimens?o simb?lica da viol?ncia



e o sofrimento. Nesse sentido, ao observar as práticas punitivas dos agentes e de que maneira elas são compreendidas pelos adolescentes privados de liberdade, percebemos que as punições, só se configuram como sofrimento, se alteram as organizações e sistemas classificatórios compartilhados pelos adolescentes. Assim, buscamos, a partir de cenas descritivas de nossos works de campo, descrever formas de punir e de sofrer em espaço de privações de liberdade.

[Trabalho completo](#)



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

